



## CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA

### **Ata da 57ª Plenária do Conselho Federal de Psicologia Plenária Ordinária 18 de fevereiro de 2022**

1 Ao décimo oitavo dia do mês de fevereiro de dois mil e vinte e dois, às quinze horas e  
2 catorze minutos, iniciou-se a Quinquagésima Sétima Plenária Ordinária, realizada de  
3 forma híbrida, do Décimo Oitavo Plenário do Conselho Federal de Psicologia.  
4 Participaram nessa ocasião de forma presencial: Alessandra Santos de Almeida, Ana  
5 Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega, Célia Zenaide da Silva, Izabel Augusta Hazin  
6 Pires, Marina de Pol Poniwas, Neuza Maria de Fátima Guareschi, Robenilson Moura  
7 Barreto e Rodrigo Acioli Moura. Participaram de forma virtual: Adinete Souza da  
8 Costa Mezzalira, Ana Paula Soares da Silva, Anna Carolina Lo Bianco Clementino,  
9 Antonio Virgílio Bittencourt Bastos, Katya Luciane de Oliveira, Marisa Helena Alves  
10 e Norma Celiane Cosmo. Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega inicia a reunião  
11 saudando as<sup>1</sup> participantes, justificou as ausências, que foram aceitas pelo plenário, e  
12 informou que a plenária contará com a participação dos estagiários que estão  
13 realizando o Censo da Psicologia Brasileira e que às 17:30 horas (dezessete horas e  
14 trinta minutos) a Deputada Federal Érika Kokay (PT/DF) estará presente para debater  
15 os pontos importantes para a Psicologia no Congresso Nacional. Após os informes,  
16 passou-se à discussão dos pontos. **Ponto 1. MINUTA EM REVISÃO À**  
17 **RESOLUÇÃO CFP Nº 10, DE 2000 (QUE ESPECIFICA E QUALIFICA A**  
18 **PSICOTERAPIA COMO PRÁTICA DO PSICÓLOGO) (Processo Sei nº**  
19 **576600003.000296/2021-42).** Rodrigo Acioli Moura contextualizou o ponto  
20 informando que o Grupo de Trabalho da APAF sobre Psicoterapia, constituído na  
21 APAF de maio de 2019 (dois mil e dezenove), foi incumbido, dentre outras tarefas, de  
22 rever a Resolução CFP nº 10 de 2000 (que especifica e qualifica a Psicoterapia como  
23 prática do Psicólogo). Disse que após finalizadas algumas tarefas apontadas pela  
24 APAF como prioritárias, tais como o levantamento de informações sobre psicoterapia  
25 junto aos CRPs, a realização de consulta pública com a categoria sobre a exclusividade  
26 do exercício da psicoterapia, e de um seminário nacional que a precedeu, o GT passou  
27 então, a dedicar-se à tarefa específica de revisão da referida Resolução. Comentou que  
**No intuito de garantir uma linguagem inclusiva de gênero e considerando que mais de 80% da categoria é composta por mulheres, a APAF optou por referenciar a categoria no feminino. Desta forma, sempre que aparecerem palavras no feminino como 'psicólogas', 'inscritas', entre outras, estão incluídos todos os gêneros.**

28 a APAF de novembro de 2021 (dois mil e vinte e um) reforçou a importância de dar  
29 celeridade a essa tarefa, deliberando ao GT "elaborar uma resolução para  
30 regulamentar e delimitar o campo e o espaço de atuação de psicólogas(os) na prática  
31 da Psicoterapia". Na mesma APAF, houve o encaminhamento de se realizar reunião  
32 com representantes de todos os Regionais em fevereiro de 2022 (dois mil e vinte e  
33 dois) para: "Contribuir na elaboração da resolução, buscando apresentar texto  
34 definitivo na APAF de abril de 2022 (dois mil e vinte e dois)". A referida reunião  
35 presencial com os CRPs ocorrerá nos dias 22 (vinte e dois) e 23 (vinte e três) de  
36 fevereiro. Em atenção a tais encaminhamentos, o GT se reuniu presencialmente nos  
37 dias 3 (três) e 4 (quatro) de fevereiro e consensuou a redação da referida Minuta.  
38 Assim, o objetivo do ponto é apreciar a Minuta de Resolução produzida pelo GT  
39 Psicoterapia, em revisão a Resolução CFP nº 10 de 2000 (que especifica e qualifica a  
40 Psicoterapia como prática do Psicólogo). Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega  
41 reforçou a realização da reunião na terça e quarta-feira que vem, com a presença de  
42 todos os Conselhos Regionais de Psicologia, momento em que será discutida a Minuta  
43 de Resolução sobre a Psicoterapia. Disse que se os estagiários quiserem propor algo no  
44 conteúdo da Minuta de Resolução, que podem fazê-lo. Rodrigo Acioli Moura procedeu  
45 à leitura da Minuta de Resolução e os destaques foram apontados e apreciados. Ana  
46 Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega disse que sentiu falta de alguns comentários, de  
47 algumas explicações no texto da referida Minuta e sugeriu que seja confeccionada uma  
48 Resolução comentada. Neuza Maria de Fátima Guareschi sugeriu a inclusão do Código  
49 de Ética Profissional do Psicólogo - CEPP no Artigo 2º, inciso I. Rafael Taniguchi  
50 (CAAd) destacou a questão do sentido normatizador de uma resolução, de um manual. E  
51 explicou os problemas que existem com os Grupos de Trabalho da Apaf, que muitas  
52 vezes querem parafrasear o CEPP e há uma legislação federal que define que não se  
53 pode legislar sobre o que já está legislado. Marina de Pol Poniwas sugeriu que a  
54 Minuta de Resolução discuta interfaces da Psicoterapia com as questões jurídicas,  
55 comunicação com o Conselho Tutelar e escrita de documentos. Destacou que a  
56 psicóloga clínica não é perita, e que não cabe a ela atender à demanda judicial e que  
57 esta questão deve estar explícita na Minuta de Resolução. Dessa forma, encaminhou-se  
58 que Marina irá minutar uma sugestão de redação. Célia Zenaide da Silva questionou  
59 sobre a quebra de sigilo em determinação judicial e falou das implicações nas políticas  
60 públicas. Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega ponderou que todo o artigo 7º é  
61 perigoso, pois traz a questão da quebra de sigilo. Perguntou como será feita a quebra  
62 do sigilo e que há a necessidade de se separar o sigilo de crianças e adolescentes do  
63 item "ameaça à vida" na Minuta de Resolução. Alessandra Santos de Almeida acha  
64 importante que seja realizada orientação quanto às notificações compulsórias. Rafael  
65 Taniguchi (CAAd) ponderou que no Código de Ética a questão do sigilo está muito  
66 abrangente e que a intenção desta Minuta de Resolução é que este aspecto seja mais  
67 específico. Robenilson Moura Barreto disse ser importante que se conste como anexo

**No intuito de garantir uma linguagem inclusiva de gênero e considerando que mais de 80% da categoria é composta por mulheres, a APAF optou por referenciar a categoria no feminino. Desta forma, sempre que aparecerem palavras no feminino como 'psicólogas', 'inscritas', entre outras, estão incluídos todos os gêneros.**

68 na Minuta de Resolução, o formulário de notificação compulsória que é utilizado pelo  
69 Ministério da Saúde. Anna Carolina Lo Bianco Clementino questionou como será  
70 realizada a orientação, como disciplinar, já que a disciplina é uma disciplina da ética e  
71 a ética é uma ética da responsabilidade e que há muita dificuldade em se disciplinar  
72 sobre a questão do sigilo profissional. Rodrigo Acioli Moura disse que a esta resolução  
73 cabem muitas discussões e que há a intenção de se fazer um evento de lançamento da  
74 normativa. E sugeriu que todos os apontamentos feitos durante a plenária fossem  
75 compilados no dia de hoje e apresentados amanhã de manhã, no segundo dia de  
76 plenária. Após amplo debate sobre como poderá ser realizada a quebra de sigilo, os  
77 destaques foram retomados. Robenilson Moura Barreto trouxe destaque no artigo 4º,  
78 inciso III, alínea “a” quanto ao trabalho voluntário. Disse que o trabalho voluntário  
79 sucateia e não valoriza o trabalho da psicóloga. Disse também que o termo “baixo  
80 custo” traz o mesmo entendimento de sucateamento. Comentou que durante a  
81 pandemia as psicólogas foram bastante requisitadas a realizar o trabalho dito “social”.  
82 Dessa forma, o plenário definiu que o termo “psicoterapia social” não deve constar da  
83 Minuta de Resolução. Antonio Virgílio Bittencourt Bastos disse que a psicoterapia  
84 pode ser exercida pela psicóloga na condição de trabalhadora assalariada, de  
85 trabalhadora autônoma ou como trabalhadora voluntária e que, independente dessa  
86 condição de inserção, a psicóloga deve garantir a qualidade do serviço, conforme  
87 dispõe o CEPP. Rodrigo Acioli Moura comentou que a categoria entende o termo  
88 “psicoterapia social” como psicoterapia de baixo custo. Houve grande debate sobre o  
89 termo “psicoterapia social”. Alessandra Santos de Almeida disse que na Minuta de  
90 Resolução vale a pena considerar o atendimento psicoterápico nas emergências e  
91 desastres. Norma Celiane Cosmo trouxe preocupações quanto à percepção do trabalho  
92 da psicóloga nas escolas, que muitas vezes a psicóloga é solicitada a realizar  
93 psicoterapia dentro das instituições de ensino. Acredita que este aspecto deva constar  
94 na Minuta de Resolução. Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega ponderou que  
95 esse assunto pode ser abordado em normativa própria e, acredita que, esta questão não  
96 cabe nesta normativa. Fez destaque no artigo 6º, inciso II sobre a comprovação da  
97 prática da psicoterapia e no inciso III sobre a garantia que a psicoterapia praticada por  
98 estagiária tenha rigor ético. Dessa forma, sugeriu a modificação do verbo “garantir” ou  
99 a sua supressão. Informou que a convidada do próximo ponto chegou e que a discussão  
100 deste ponto será suspensa e retomada amanhã pela manhã. **Ponto 2. AGENDA**  
101 **LEGISLATIVA DO CFP EM 2022 (Processo Sei nº 576600034.000005/2022-30).**  
102 Este ponto contou com a presença da Deputada Érika Kokay (PT/DF). Ana Sandra  
103 Fernandes Arcoverde Nóbrega agradeceu a presença da deputada, apresentou-a às  
104 presentes e contextualizou o ponto informando que, em virtude das comemorações dos  
105 60 anos da Psicologia, solicitamos audiência à deputada Érika Kokay (PT-DF) para  
106 tratarmos das estratégias de ação do CFP no Parlamento, e apresentação da Agenda  
107 Legislativa prioritária, além de solicitar apoio às ações de comemoração dos 60 anos  
**No intuito de garantir uma linguagem inclusiva de gênero e considerando que mais de 80%**  
**da categoria é composta por mulheres, a APAF optou por referenciar a categoria no feminino.**  
**Desta forma, sempre que aparecerem palavras no feminino como 'psicólogas', 'inscritis',**  
**entre outras, estão incluídos todos os gêneros.**

108 da Psicologia junto ao Congresso Nacional. Informou ainda que o ponto de pauta  
109 também terá como convidadas a Fenapsi, com a presença da presidente Vânia  
110 Machado, da secretária-geral Fernanda Magano e a Secretária de Relações do Trabalho  
111 Marly Perrely. Passou-se à discussão do ponto. Norma Celiane Cosmo informou sobre  
112 a Lei do Fundeb e suas implicações para a psicologia. Daniel Arruda (GRI) comentou  
113 sobre a realização do “Seminário sobre a Psicologia e Serviço Social na  
114 Educação Básica”, evento de grande peso, envolvendo a categoria, secretarias de  
115 educação e diversos atores para discussão dessa Lei, com a data prevista para a  
116 primeira semana de abril. Érika Kokay (PT/DF) saudou a todas e disse que esta  
117 discussão sobre o Fundeb é extremamente importante, referiu que psicólogas e  
118 assistentes sociais fazem parte do projeto pedagógico das escolas e que há uma  
119 concepção equivocada de que as psicólogas escolares são psicólogas clínicas. Fez  
120 ponderações sobre a Lei, dizendo que a mesma teve avanços e retrocessos, que a Lei  
121 foi reconstruída e que há a necessidade de readaptação da categoria. Acredita que a  
122 realização do Seminário seja muito importante, assim como a realização de outras  
123 atividades, outros mecanismos de mobilização, de forma permanente. Sugeriu a  
124 realização de audiência pública até junho e salientou que, como este ano é um ano  
125 eleitoral, o funcionamento da Câmara é diferenciado. Ana Sandra Fernandes  
126 Arcoverde Nóbrega comentou sobre a comemoração dos 60 (sessenta) anos da  
127 Psicologia, que é uma data que precisa ser demarcada e solicitou a realização de  
128 Sessão Solene no Congresso Nacional, na data de 13 (treze) de maio, às 10 (dez) horas,  
129 e também a realização de uma exposição. Pensa que os CRPs também podem realizar  
130 sessões solenes em seus estados como forma de comemoração. Neuza Maria de Fátima  
131 Guareschi referiu sobre na semana de 11 (onze) a 13 (treze) de maio, na qual  
132 acontecerão algumas atividades em comemoração aos 60 (sessenta) anos da psicologia.  
133 Fernanda Magano (Fenapsi) acha de extrema importância o desenho dos marcos  
134 históricos e lembrou a necessidade de convite às entidades brasileiras e ao Fenpb  
135 para integrarem as comemorações dos 60 (sessenta) anos. Robenilson Moura Barreto  
136 pensa que se deva ter um posicionamento estratégico para a aprovação dos PLs  
137 (Projetos de Lei) e sugeriu que a construção destes eventos de comemoração dos 60  
138 (sessenta) anos seja uma forma de abranger a categoria e a sociedade de forma a  
139 conhecerem a importância dos trabalhos da psicologia nas políticas públicas. Érika  
140 Kokay informou que as sessões solenes estão, por hora, suspensas devido a pandemia,  
141 e que houve o retorno das atividades de forma remota, mas acredita que até o mês de  
142 maio haverá a autorização para a realização da sessão solene, pois será realizada  
143 análise do contexto após o carnaval. Informou que pode solicitar na Câmara dos  
144 Deputados o espaço para a exposição e sugeriu a edição de um vídeo curto para ser  
145 passado durante a exposição. Comentou que não possui informações sobre o  
146 andamento dos eventos no Senado Federal, mas sugeriu que se faça um evento  
147 conjunto no Senado para as comemorações dos 60 (sessenta) anos da Psicologia. Ana

**No intuito de garantir uma linguagem inclusiva de gênero e considerando que mais de 80% da categoria é composta por mulheres, a APAF optou por referenciar a categoria no feminino. Desta forma, sempre que aparecerem palavras no feminino como 'psicólogas', 'inscritas', entre outras, estão incluídos todos os gêneros.**

148 Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega disse que a realização dos eventos é muito cara  
149 à psicologia. Referiu também que existem vários PLs (Projetos de Lei) sobre a  
150 psicologia que estão tramitando e que algumas pautas são prioridade. Pediu a  
151 contribuição do Fenpb para o andamento do PL das 30 (trinta) horas e do PL sobre o  
152 Piso Salarial. Vânia Machado (Fenpb) falou que está aguardando o retorno das  
153 atividades das Comissões Temáticas e a continuidade de tramitação do PL das 30  
154 horas e que o mesmo deve ser despachado para a Comissão de Trabalho (CTASP).  
155 Sobre os PLs do Piso Salarial, informou sobre a última reunião e a intenção de se  
156 debruçar mais sobre o PL que abrange a categoria como um todo. Fernanda Magano  
157 (Fenpb) complementou dizendo que houve articulação para o andamento dos PLs e  
158 citou a parceria do Fenpb e CFP. Marly Perrely (Secretária de Relações do Trabalho)  
159 salientou a importância de se dar visibilidade à atuação profissional e apoiar os PLs  
160 sobre o Piso Salarial e o PL das 30 horas. Danielle Veloso (Aspar) fez um panorama  
161 do andamento dos PLs sobre a Psicologia, que foram tidos como prioridade, e que  
162 tramitam na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Érika Kokay exemplificou  
163 que a grande resistência quanto ao PL das 30 horas na Enfermagem são as Santas  
164 Casas e os hospitais privados e que o impacto deste PL da Enfermagem é bem maior  
165 que o PL das 30 horas da Psicologia. Dessa forma, ela salientou a necessidade de se  
166 conversar com o relator do PL das 30 horas para reafirmar a sua importância. Informou  
167 também das reconfigurações das Câmaras, que seus integrantes mudam e que  
168 cotidianamente são feitas interlocuções nas Câmaras para aprovação dos PLs. Opinou  
169 sobre o PL da Constelação Familiar, pois acredita que a melhor solução é seu  
170 arquivamento, e comentou que conversará com a relatora, a Deputada Flávia Moraes  
171 (PDT/GO) sobre esta questão. Comentou ainda que acha uma boa estratégia se apensar  
172 os PLs que se referem ao Piso Salarial. Informou ainda que marcará reunião com  
173 alguns relatores de PLs estratégicos para articulações. Ana Sandra Fernandes  
174 Arcoverde Nóbrega agradeceu a presença da Deputada e de todas as presentes e  
175 reforçou que o andamento dos PLs a preocupa bastante, pois estes tratam de temas  
176 caros à psicologia. Após debate no plenário foram retirados os **Encaminhamentos:** A)  
177 A deputada sugeriu que, além do seminário, seja realizada até junho uma audiência  
178 pública; B) Realização de campanha de comunicação com vídeos com as psicólogas e  
179 assistentes sociais nas escolas; C) Realizar sessão solene em homenagem aos 60 anos  
180 da psicologia 13/5/2022 às 10h; D) Convidar CRPs para pleitearem a realização de  
181 sessões solenes em seus estados; E) Érika Kokay fará solicitação de espaço na Câmara  
182 para a realização da exposição; F) Fazer vídeo (precisa ser curto) que ficará passando  
183 em looping no totem. Pode ser um vídeo em homenagem à psicologia. Incluir no vídeo  
184 recortes sobre a psicologia na educação; G) Fazer pequeno evento de abertura da  
185 exposição, numa data diferente à da Sessão Solene. Sugestão: 14/05/2022; H) Verificar  
186 como está a situação no Senado e tentar tocar os projetos em conjunto; I) Érika Kokay  
187 agendará reunião com o Senador Marco Rogério a fim de tratar sobre o projeto de  
**No intuito de garantir uma linguagem inclusiva de gênero e considerando que mais de 80%  
da categoria é composta por mulheres, a APAF optou por referenciar a categoria no feminino.  
Desta forma, sempre que aparecerem palavras no feminino como 'psicólogas', 'inscritis',  
entre outras, estão incluídos todos os gêneros.**

188 porte de armas; J) Erika Kokay agendará reunião com a Ministra Rosa Weber para  
189 tratar sobre o porte de armas; K) Erika Kokay agendará reunião com o Senador  
190 Humberto Costa para tocar os projetos em conjunto. A reunião plenária foi encerrada  
191 às dezenove horas e quarenta e dois minutos. Esta ata foi lavrada por mim, Izabel  
192 Augusta Hazin Pires, Conselheira-Secretária, e assinada por todos as presentes  
193 nomeadas.

**No intuito de garantir uma linguagem inclusiva de gênero e considerando que mais de 80% da categoria é composta por mulheres, a APAF optou por referenciar a categoria no feminino. Desta forma, sempre que aparecerem palavras no feminino como 'psicólogas', 'inscritas', entre outras, estão incluídos todos os gêneros.**



Documento assinado eletronicamente por **Anna Carolina Lo Bianco Clementino, Conselheira(o)**, em 25/05/2022, às 17:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Robenilson Moura Barreto, Conselheira(o)**, em 26/05/2022, às 10:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Acioli Moura, Conselheira(o)**, em 26/05/2022, às 11:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marina De Pol Poniwas, Conselheira Suplente**, em 26/05/2022, às 13:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Katya Luciane De Oliveira, Conselheira(o)**, em 26/05/2022, às 17:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Izabel Augusta Hazin Pires, Conselheira(o)**, em 26/05/2022, às 17:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marisa Helena Alves, Conselheira(o)**, em 27/05/2022, às 14:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Norma Celiane Cosmo, Conselheira(o)**, em 27/05/2022, às 14:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Célia Zenaide da Silva, Conselheira(o)**, em 28/05/2022, às 12:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Sandra Fernandes Arcoverde, Conselheira Presidente**, em 31/05/2022, às 23:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Neuza Maria de Fátima Guareschi, Conselheira(o)**, em 09/06/2022, às 17:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Adinete Sousa Da Costa Mezzalira, Conselheira(o)**, em 11/06/2022, às 09:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alessandra Santos De Almeida, Conselheira(o)**, em 30/06/2022, às 11:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Virgilio Bittencourt Bastos, Conselheira(o)**, em 07/07/2022, às 10:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Paula Soares Da Silva, Conselheira(o)**, em 18/07/2022, às 20:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.cfp.org.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.cfp.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0581396** e o código CRC **7DE2113D**.

